

Psico somática ou Psicossomática?

Das dicotomias aos binómios na construção científica

(Maria João Afonso)

Resumo

O artigo parte da consideração do dualismo inerente à ligação “mente-corpo”, subjacente ao conceito primordial de “Psico Somática”, bem como indispensável a muitas outras dicotomias ou antinomias da ciência cartesiana, e propõe-se discutir os fundamentos epistemológicos e ontológicos que poderão enquadrar e orientar a evolução do domínio no sentido do entendimento amplo e complexo dos fenómenos da “Psicossomática”. A ciência da complexidade, contudo, coloca dificuldades e impõe desafios ao pensamento científico convencional e requer do cientista, acima de tudo, o assumir de uma atitude completamente nova, epistemologicamente aberta à “metateoria relacional”.

Palavras-chave: dualismo, dicotomias; binómios, complexidade, metateoria relacional

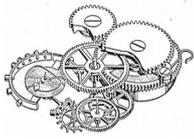
ABSTRACT:

The paper departs from a consideration of the dualism in the “mind - body” connection, which is not only the essence of the seminal concept of “Psycho – somatic”, but is also present in many other dichotomies or antinomies of Cartesian science. It proceeds by discussing the epistemological and ontological foundations that could bring a framework to the domain and establish the path for its evolution towards a broader and more complex understanding of the Psychosomatic phenomena. The science of complexity, however, gives rise to great difficulties and to a few challenges to the traditional scientific way of thinking, and so requires from the scientist, above all, a completely new attitude, one epistemologically receptive to the “relational metatheory”.

* (Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa)

mjafonso@psicologia.ulisboa.pt)

Key-words: dualism, dichotomies, binomials, complexity, relational metatheory



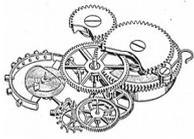
“Psicossomática”, enquanto palavra composta, remete para os dois termos gregos que, por justaposição, a geraram, a *psykhé*, “mente”, e o *soma*, “corpo”. Idêntico sentido pode reconhecer-se numa outra palavra composta, caída em desuso, ainda que não menos pertinente, a “somatopsíquica”, também esta cunhada pelo médico alemão Heinroth (1773-1843). Ambas reconhecem uma ligação ou interação entre mente e corpo, ou entre corpo e mente, ainda que seja inverso o primado de uma instância sobre a outra, o que desde logo, e de forma algo paradoxal, as identifica como entidades distintas. Estas duas palavras constituem exemplo do quanto a linguagem em ciência tantas vezes dificulta, ou até mesmo impede, a apreensão integrada dos fenómenos que descreve, por assumir uma inevitável dinâmica temporal sequencial, linear e aditiva (atomista) (a psicogénese da doença física ou a somatogénese da doença mental), incapaz de dar conta da complexidade do todo, que não começa nem acaba, como uma palavra (ou como uma génese), mas simplesmente emerge e se impõe como qualidade global. Daí que ao falar de psicossomática, a própria palavra incorra no risco de convidar o pensamento cientificamente treinado a tomar os extremos como opostos e a ligação entre eles como dicotomia, ou mesmo antinomia.

“Ciência cartesiana”, dualismo e dicotomias

As dicotomias constituem, em boa verdade, um bem precioso para a ciência! Sugerem distâncias, contornos nítidos entre conhecimentos, contrastes, estabilidades, predições, certezas, verdades, leis, tudo aquilo que qualquer ciência que se preze de o ser desde há vários séculos almeja, na senda do saber matemático. E para assegurar que a ciência jamais perderia de vista tais propósitos, muito contribuíram os esforços de alguns pensadores. Descartes (1596-1650), um mal-amado dos nossos dias (de quem até se diz, sem pudor, ter cometido erros) (Damásio, 1994/1995), é a este respeito incontornável. No seu *Discurso do Método*,

publicado em 1637, descreve um modelo de condução da ciência que faz substituir a então vigente autoridade do “dogma” pela autoridade da “razão”, num movimento bem ilustrativo do emergir do “individualismo”, por reacção ao teocentrismo medieval (Van Doren, 1991/2007). E a autoridade da razão fundamenta-se num conjunto de “preceitos”, que configuram os princípios do chamado cartesianismo – a selecção escrupulosa das informações de que se parte, a análise ou decomposição de um problema nas suas unidades mais fundamentais, a ordenação sistemática do pensamento na elaboração progressiva do conhecimento, a partir dessas unidades fundamentais, a revisão minuciosa das conclusões procurando assegurar que o problema foi tratado de maneira exaustiva e coerente. Diz Descartes, do seu projecto, apenas pretender firmar-se “na certeza e remover a terra movediça e a areia instável para encontrar a rocha ou a argila” (Descartes, 1637, Parte 3).

Estavam lançados os fundamentos filosóficos da metodologia científica da era moderna que, juntamente com o materialismo de Hobbes (1588-1679) (que separa mente e corpo, sujeito e objecto, pensamento e matéria), a definição atomista da matéria por Newton (1643-1727) (todos os corpos são inertes e compostos de unidades fundamentais), o positivismo de Comte (1798-1857) (o primado da observação, da experiência sensível, sobre a imaginação) e o empirismo de Locke (1632-1704) ou de Hume (1711-1776) (todo o conhecimento provém da experiência, dos sentidos) lançam os grandes alicerces do pensamento científico de hoje, e firmam a convicção de que a ciência é um acto de descoberta criteriosa e sistemática da “verdade” (Overton, 2002): primeiro, ao reduzir os fenómenos aos seus fundamentos objectivos (livres de interpretação) e observáveis (redução e descrição); segundo, ao determinar as suas causas (explicação); terceiro, ao induzir hipóteses, teorias ou leis que os governam (conceptualização). E se esta lógica do fazer ciência se modera através da substituição, mais tarde, da noção de “certeza” pela de “probabilidade”, incorporando a plausibilidade da dúvida – “a ‘verdade’ científica é provisória



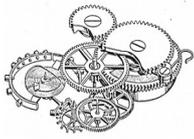
ou, por outras palavras, a 'certeza' científica é probabilística" (Miranda, 2001) – a mudança é muito mais de estilo do que de substância, pois que deixa a nu a ambição de atingir os 100% de probabilidade na aproximação da "verdade", numa "busca adolescente pela certeza absoluta à custa da compreensão complexa" (Dewey, 1929 citado em Overton, 2002).

Esta a filosofia da ciência que inspira o nascimento da psicologia científica e determina, nos seus primórdios, e à semelhança de muitas outras ciências, o assumir da tarefa árdua da identificação exaustiva e classificação dos fenómenos que observa – o estruturalismo de Wundt (1832-1920) e Titchner (1867-1927), na busca das componentes básicas da experiência imediata ou consciência (sensações, percepções e emoções) ou a concepção atomista de inteligência de Galton (1822-1911), na busca das variáveis moleculares de cuja medição resultaria a estimativa da genialidade, constituem tão só exemplos bem expressivos desta postura de investigação em psicologia.

E desta filosofia se alimentam também muitas dicotomias desta ciência. Tomemos algumas: a dicotomia "eficiência – deficiência" estabelece os contornos de grupos a que a sociedade dispensa lugares distintos e distintas funções sociais. A "observação objectiva" dos indivíduos, por meio de testes que se definem enquanto situações estandardizadas cujos resultados se querem independentes de factores contextuais tidos por "parasitas", ou de fontes de erro de medida, pretende a estimação de um hipotético "resultado verdadeiro", e constituiu, desde o início do século XX, com Binet (1857-1911) e Simon (1872-1961), a principal metodologia de classificação da deficiência (e mais tarde também da eficiência) intelectual ou, por outras palavras, o mais comum critério social para a identificação de indivíduos com deficiência mental (ou, no extremo oposto da distribuição, com sobredotação). Cedo se estabeleceu, assim, uma classificação, baseada em critérios estatísticos, para a distinção entre o défice mental e a eficiência intelectual (por exemplo, deficiência quando $QI < 70$, sobredotação quando

$QI > 130$) e a concomitante classificação dos indivíduos, geralmente conducente à sua colocação em escolas ou classes diferenciadas, à sua estimulação diferenciada, à sua exposição diferenciada a oportunidades de experiência. Como esta dicotomia provém de uma outra, mais profunda e abrangente, que distingue a hereditariedade e o meio como factores explicativos das diferenças inter-individuais, importaria não esquecer que esses factores, no plano individual, não actuam independentemente, como muitos ainda hoje admitem, ao procurar discernir em termos percentuais, aditivos ou cumulativos portanto, o peso relativo desses factores na eficiência intelectual. Se entendidos como fontes independentes de influência no comportamento, entre estes factores desde logo se estabelece, então, uma dicotomia que pretende a determinação estável, segura, inequívoca do "papel" da hereditariedade e do "papel" do meio na "determinação" do "nível" de inteligência. Em aberto permanece ainda hoje a compreensão dos mecanismos e das modalidades de interacção entre factores inatos e experienciais que, em última análise, contribuirão para explicar fenómenos como o dos chamados "*idiots savants*", pessoas que apesar de as taxonomias da ciência estabelecerem que não atingem os critérios mínimos da classificação como intelectualmente "eficientes", ainda assim demonstram competências cognitivas excepcionais, mesmo em termos estatísticos, na população, em áreas como o raciocínio lógico-matemático ou a expressão artística.

A dicotomia *natura - nurtura*, como muitas outras antinomias que radicam na filosofia cartesiana (como mente - corpo, sujeito - objecto, estrutura - função, indivíduo - sociedade, estabilidade - mudança) apoia a construção de uma ciência psicológica fragmentada (Overton, 2002, 2006), emergente ou de uma visão do mundo formista – que entende o mundo como colecção de fenómenos apenas detentores de relações de semelhança entre si (e, como tal, classificáveis em taxonomias) – ou, quanto muito, mecanicista – que já admite a ligação funcional entre os fenómenos, à maneira das peças de uma máquina, mas sobressai as suas conexões



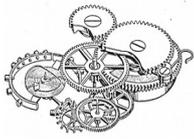
meramente lineares ou mecânicas (Pepper, 1942). Este o quadro que sustentou e estimulou a investigação experimental (estabelecimento de relações entre estímulos e respostas, entre variáveis independentes e dependentes, entre causas e efeitos), e que configurou, também, por muito tempo, a estrutura de referência da medição das diferenças inter-individuais, entendidas como diferenças quantitativas em dimensões ou traços psicológicos latentes, relativamente independentes entre si, comuns a todos os indivíduos e estáveis em cada um, e por isso passíveis de classificação em modelos ou estruturas taxonómicas das aptidões ou dos traços de personalidade.

Este formato de ciência procura, assim, acima de tudo, o “equilíbrio”, a estabilidade, o conforto das certezas, ou pelo menos das elevadas probabilidades de aproximação da verdade. Requer, portanto, a separação, a subdivisão do seu objecto, a classificação dos seus fenómenos, pelo que tende à “difusão”, à decomposição e dispersão decorrentes da atitude analítica. E remete, sobretudo, para o indivíduo, isolado e passivo, para a “tensão” que emerge de um funcionamento que é “causa” não controlada do comportamento, mais do que para a “intenção” que o colocaria, senhor de si, em contexto. Não surpreende que, neste quadro, a inteligência, a criatividade ou os traços de personalidade, por exemplo, fossem por muito tempo entendidos como predisposições que, à semelhança de muitas outras, “conduzem” (e sublinhe-se o nexos causal linear) à manifestação de diferenças individuais no comportamento, estas quantitativamente avaliáveis e passíveis de classificação ou ordenação por referência a outras, no âmbito da abordagem psicométrica (diferencial) que prevaleceu nestes domínios de investigação, até cerca dos anos 70 (Afonso, 2007; Candeias, 2008).

“Ciência Nova”, complexidade e binómios

Será tentador, sem dúvida, prosseguir estabelecendo agora um contraste entre a ciência assim caracterizada, e uma nova ciência emergente após a década de 70 do passado século! Tal contraste impõe-se, de facto, mas assumi-lo meramente como “contraste” acarreta precisamente (e paradoxalmente) o perigo do erro de reducionismo e fundacionalismo (Overton, 2002, 2006), ao sugerir a substituição do “equilíbrio pelo desequilíbrio”, da “difusão pela fusão”, da “tensão pela intenção”. Em vez disso, tomemos estes três grupos de conceitos não já como dicotomias ou antinomias, mas antes como “binómios” – a diferença está em que deixam de definir noções mutuamente exclusivas e passam a balizar espaços ou totalidades complexas, que não só comportam os conceitos extremos e aproveitam o conflito emergente da sua consideração simultânea, como contemplam e integram os que eventualmente possam emergir entre eles, ou acima deles, pela sua integração num todo.

Diz-se desta outra maneira de pensar a ciência que é complexa, contextualista, e sistémica. Sem dúvida equacionar os conceitos ou ideias em ciência não como dicotomias, mas como binómios, convida a encará-los num nível de complexidade superior, abandonando a postura analítica (“elementarista”) e adoptando, em vez dela, as atitudes sintética (“holista”) e/ou sistémica (“estrutural” e “relacional”) (Reuchlin, 1995, 1999/2002). A diferença entre estas está em que a síntese tende a diluir as unidades constituintes e conduz a uma integração dos conceitos iniciais num nível superior de abstracção, nível que de novo suscitará o estabelecimento de novos contrastes (antíteses) e integrações (sínteses) – no que remete para um processo dialéctico de construção do conhecimento, radicado na dialéctica hegeliana e orientado por uma visão do mundo organicista (Pepper, 1942); ao passo que a sistémica promove as relações entre unidades ao estatuto de objecto



de estudo, e ao fazê-lo renuncia à estabilidade, aos contornos nítidos entre os elementos da estrutura, pois que eles se sobrepõem, são inter-dependentes e se definem mutuamente, mas sem que percam a identidade. A sistémica assume a forma de uma dinâmica em que a todo o momento se estabelecem novas interações que conferem à estrutura novas qualidades, e a vários níveis de observação, gerando constantemente novos contextos que por sua vez afectam, de novo a vários níveis, as interações entre elementos – razão por que se orienta por uma visão do mundo contextualista (Pepper, 1942).

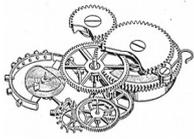
Ora, o contextualismo detém a grande virtude de abrir o conhecimento ao desafio da complexidade. Não mais se aceita o clássico paradigma científico, “filho fecundo da esquizofrénica dicotomia cartesiana e do puritanismo clerical” (Morin, 1990/1995, p.81), baseado em entidades fechadas que não comunicam entre si, antes se opõem, repelem ou anulam mutuamente (como substância, identidade, causalidade linear, sujeito, objecto, mente, corpo, etc.), entidades que tomam contornos nítidos, firmes e estáveis. Pelo contrário, assume-se uma nova atitude, a que Morin (1921-) chamou, na sua obra *Introdução ao Pensamento Complexo* (1990/1995), *scienza nuova*, atitude que não apenas coloca a tónica sobre a relação em detrimento da substância, mas também sobre as emergências, as interferências como fenómenos constitutivos do objecto. “Não existe apenas uma rede informal de relações, existem *realidades* que não são essências, que não são feitas de uma só substância, que são compósitas, produzidas pelos jogos sistémicos, mas todavia dotadas de uma certa autonomia” (Morin, 1990/1995., p.73, sublinhado do autor) (Afonso, 2007).

Que lugar, então, às dicotomias, tão caras à ciência, em particular à ciência psicológica clássica? Retome-se a dicotomia “eficiência - deficiência”. Em contexto, de imediato ambos os conceitos se articulam, posto que não representam categorias classificativas dos indivíduos, em função de critério dito “objectivo”, antes se relativizam no plano da interacção

permanente indivíduo - meio. A “eficiência”, ou a “deficiência” que ela por definição contém na sua própria essência, depende do jogo complexo entre factores individuais e contextuais, a cada momento, o qual por sua vez determina, também a cada momento, uma mudança na qualidade global de todo o sistema que dará origem, por sua vez, a novas interações que de novo modificarão o sistema. A lógica não é simplesmente aditiva ou cumulativa – entre factores individuais e contextuais – é antes uma lógica multiplicativa (Ceci, Barnett & Kanaya, 2003), que configura um processo de mudança epigenética (não genética): novas características e novos níveis de funcionamento emergem, à medida que o indivíduo se modifica, se transforma, os quais não podem ser reduzidos às – isto é, completamente explicados pelas – características anteriores do organismo (Afonso, 2007).

A outra antinomia de nível mais profundo e abrangente em que esta radica – “*natura – nurtura*” ou “hereditariedade – meio” – toma, então, um carácter sistémico e não mais mecanicista. A noção de que o meio funciona como um decodificador do mapa genético do indivíduo (bem alicerçada numa lógica cumulativa, posto que apoiada em factores entendidos como independentes), ganha um carácter mais instável e dinâmico quando é equacionada em termos relacionais e epigenéticos: a cada momento, a natureza das múltiplas interações que se estabelecem entre factores em presença, em múltiplos níveis de observação, depende do estado actual do organismo, ou seja, de toda a multiplicidade de interações anteriores, que constituem, na visão do mundo contextualista, parte do contexto que configura esse “episódio” de interacção (Pepper, 1942).

Aliás, a metáfora dos genes enquanto “programa informático”, de inegável inspiração mecanicista, é não só desafiada, desde os anos 90, por autores que assinalam a modelação da acção dos genes em função de variações no meio – a cada momento, a acção dos genes no comportamento modifica-se, em consequência de mudanças anteriores que determinaram o “estado actual” do organismo, e em função de mudanças no meio, introduzidas, também,

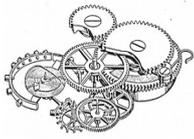


pelo próprio organismo (Tooby & Cosmides, 1992 citados em Ridley, 2004) – como é posta em causa pela introdução de uma nova metáfora – a dos genes ou sequências de ADN enquanto “dados memorizados”, tratados pela rede das reacções bioquímicas emparelhadas do metabolismo celular, que desempenha, então, a função de programa; este processo dinâmico, que por sua vez interfere na selecção dos dados (das unidades de informação genética) pertinentes nas fases seguintes de processamento, através de mecanismos de activação ou bloqueio de determinados genes, afecta o funcionamento dos diversos órgãos, pelo que os seus efeitos são de seguida desmultiplicados, numa cascata de efeitos, a outros níveis de funcionamento (Atlan, 1999/2001). Apesar desta metáfora computacional, ainda enraizada na visão do mundo mecanicista, está-se perante uma concepção contextualista, posto que não são ligações lineares causais (“explicativas”) que determinam a expressão fenotípica da informação contida nos genes, antes o jogo complexo de interacções, a diversos níveis, que por sua vez também interagem entre si, entre os factores genéticos (cujo efeito não é pré-determinado, mas antes modelado pelo próprio processo metabólico em curso) e os factores do contexto, que se desmultiplicam também em distintos níveis.

Esta noção de epigénese introduz um novo olhar sobre essa outra dicotomia que, etimologicamente e epistemologicamente, inspira a psicossomática, a “dicotomia” mente - corpo. Ao invés de tomarmos mente e corpo como entidades distintas, que se ligam e interagem meramente adicionando os seus efeitos recíprocos, há que entender que estes efeitos se desmultiplicam a vários níveis, desde o molecular ou o genético, ao celular, passando pelo fisiológico, pelo neurológico, pelo cognitivo, o emocional, até ao nível comportamental, este decorrendo num meio que emerge de factores situacionais imediatos, mas também mediatos, como os sociais, culturais, económicos, e históricos, todos os níveis tendo impacto sobre o estado de cada um dos outros, a cada momento, e por inerência sobre o estado do corpo-mente ou da mente-corpo, que se tornam inseparáveis, porque são ao

mesmo tempo figura e fundo, ao mesmo tempo organismo e contexto. Nesta acepção, o organismo é contexto do comportamento, e este, na forma de ação sobre o meio envolvente, é contexto do próprio organismo, algo que sem dúvida contribui de forma indelével para diluir os contornos outrora firmes entre as instâncias mente e corpo.

De facto, a noção de que o meio é tudo o que se situa “para lá” do indivíduo, e o indivíduo tudo o que se situa “dentro” dele é, ela própria, decorrente de uma concepção fragmentada e cartesiana da ciência psicológica, que distingue sujeito de objecto, ou pensamento de matéria. Na concepção sistémica, e muito em particular na óptica dos sistemas dinâmicos, o contexto situa-se em vários níveis de observação – por exemplo, o fisiológico é contexto do bioquímico que por sua vez é contexto do genético; mas o fisiológico tem o seu contexto na rede metabólica que envolve todos estes níveis e que é integrada pelo processamento neuronal; e este é, por sua vez, contextualizado por aqueles. Por outras palavras, o “contexto” é toda a miríade de fenómenos em presença que directa ou indirectamente contribuem para determinado “episódio”, ou determinada acção do indivíduo, seja qual for o nível a que esta acontece (observável ou não: comportamento, pensamento, emoção, etc.). Cada “episódio”, além disso, desencadeia outros, porque a sua ocorrência afecta, inevitavelmente, todo o sistema. Este efeito multiplicativo (Ceci, Barnett & Kanaya, 2003), não já meramente aditivo, dos factores biológicos e ambientais entre si (factores cujos contornos se diluem, então, pois que a cada momento constituem, ao mesmo tempo, indivíduo e contexto, sujeito e objecto), é completamente ignorado pela epistemologia cartesiana fragmentada, cega às dinâmicas relacionais que se estabelecem entre as unidades elementares do sistema, e vem a ser incorporado, apenas a partir dos anos 90 do séc.XX, em novos modelos ou teorias nas quais avulta, para lá do carácter sistémico e integrativo, radicado numa visão do mundo contextualista, a noção de que não são as “propriedades” do indivíduo, os seus traços, as suas aptidões,

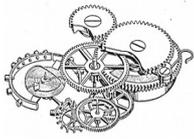


os seus sintomas, que o caracterizam e “determinam” o seu comportamento, como se essas propriedades existissem num vácuo, mas é antes a qualidade emergente do seu funcionamento em contexto, e em permanente mudança, numa busca incessante de um equilíbrio favorável ao prolongamento da vida e a uma vivência de bem-estar (Milheiro, 2014). Esta visão além de contextualista, toca uma outra problemática oriunda da filosofia, a da intencionalidade e do livre arbítrio.

Acrescentar a intencionalidade ao organismo – o indivíduo decisor, que antecipa, que planeia, que estabelece finalidades – implica assumir uma outra visão do mundo, a visão selectivista. De acordo com Pepper (1966), esta nova visão do mundo pode ser entendida como uma revisão radical do contextualismo, sem o substituir: o indivíduo é um “sistema selectivo” que opera no sentido de procurar eliminar erros e acumular resultados correctos de acordo com os critérios adoptados pelo sistema. O selectivismo assenta nos três atributos distintivos dos sistemas altamente complexos, os sistemas do “nível humano” de Le Moigne (Durand, 1979/1992, pp.31-34): a imaginação, a consciência e a intencionalidade. Assumir uma visão do mundo selectivista em psicologia implica que a definição dos construtos e a sua investigação vá além da consideração dos aspectos internos do funcionamento, cognitivo, afetivo, neurológico, etc., dos aspectos contextuais desse funcionamento e até mesmo do assumir da interacção complexa entre as duas categorias de factores. Implica postular que a cada momento, e perante cada situação ou problema (no aqui e agora), o indivíduo humano tem o poder não só de perceber e conceptualizar a situação, mas ainda de reconhecer-se a si próprio na situação; de definir e gerir objectivos e finalidades; de controlar em alguma medida os factores pessoais e situacionais em presença (modificar-se a si, mas também ao meio, agindo sobre ele); de identificar, a partir da experiência, alternativas de acção tendentes ao atingir dos objectivos ou, mais, criar novas alternativas quando as automatizadas não respondam às finalidades do indivíduo, ou às exigências da

situação; de prever, com grau de certeza variável, as consequências das suas acções e, em última análise, de decidir qual a acção “melhor” do ponto de vista da satisfação das suas necessidades e no contexto dos condicionalismos que a situação lhe impõe.

A visão do mundo selectivista de certo modo resgata o indivíduo da posição de “vítima” passiva da miríade e factores contextuais que o afectam, a diversos níveis (incluindo todos os classicamente entendidos como individuais), ao reconhecer-lhe o poder de gerir os seus próprios investimentos e recursos. Confere-lhe ainda o poder de “mudar” – de potenciar esses recursos, capitalizar as suas potencialidades, corrigir ou compensar os seus défices, em função dos seus objectivos pessoais e dos objectivos da cultura em que se move, uma formulação contemplada em algumas definições actuais de inteligência (Sternberg, 2001; ver Afonso, 2007). E encontra suporte na investigação neuropsicológica: de facto, quando se compara o cérebro humano com o dos primatas mais próximos, não se observam novas estruturas; o que difere, para além do coeficiente de encefalização superior (maior proporção volume do cérebro / volume do corpo), é a extensão do neocórtex, em particular dos lobos pré-frontais e das estruturas do sistema límbico que a eles se ligam estreitamente (Bjorklund & Kipp, 2002 citados em Afonso, 2007). Aos lobos pré-frontais é atribuído o controlo executivo tendo em vista assegurar o eficiente processamento de informação (filtrar informação irrelevante, dirigir e manter a atenção concentrada nas representações relevantes), a síntese de informação cognitiva e emocional, a monitorização do comportamento próprio e dos estados mentais dos outros, da identidade pessoal e da percepção dos outros, e o controlo do comportamento social em função das circunstâncias; a ele são atribuídas funções como o pensamento criativo, o planeamento de acções futuras, a tomada de decisão, a expressão artística, aspectos do comportamento emocional e social, a memória de trabalho, a “teoria da mente” (reconhecimento de mente nos outros), o controlo da linguagem e das funções motoras e o controlo do



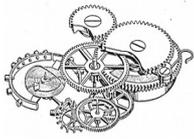
comportamento através da inibição dos impulsos (Beer, Shimamura & Knight, 2004, Bradshaw, 2002 e Bjorklund & Kipp, 2002 citados em Afonso, 2007). Ao nível neuropsicológico não só se identificam competências que podem ser tomadas como caracteristicamente humanas, como também se verifica uma estreita ligação entre essas competências ditas “cognitivas” e níveis inferiores ou mais primitivos de processamento, como o processamento estritamente límbico das emoções – nesta acepção, os constructos clássicos da psicologia, como a inteligência, a criatividade ou os traços de personalidade dependem do funcionamento de um cérebro entendido como “sistema de sistemas” (Damásio, 1999/2000, p.376) e, mais ainda, um sistema de sistemas que se modifica permanentemente, ou seja, um sistema dinâmico.

“Metateoria Relacional” como quadro epistemológico da Psicossomática

Retomemos, agora, os três binómios “equilíbrio – desequilíbrio, tensão – intenção, fusão – difusão”. Não mais a estabilidade dos conceitos (equilíbrio), a sua natureza pulsional ou interna (tensão) ou a sua pulverização em modelos de raiz taxonómica ou mecanicista (difusão) satisfazem a compreensão dos fenómenos em toda a sua complexidade e riqueza. Esta complexidade apela antes à concentração na dinâmica entre conceitos aparentemente opostos, mas que não se excluem mutuamente nem se repelem, antes se combinam e se entrecruzam. Esta opção implica entender o funcionamento psicológico do ponto de vista do processo, evidência que se terá imposto a Piaget quando falou de “equilibrção”, uma dinâmica que inclui e concilia, num modelo único (assimilação/acomodação), os equilíbrios e os desequilíbrios; implica também tomar como objecto todo um sistema de elevada complexidade, que envolve aspectos do funcionamento não controlados pelo indivíduo (tensões) mas que se utiliza também da sua

capacidade de decisão, de controlo, pelo menos parcial, dos recursos que utiliza e do investimento que neles faz (intenções); implica, afinal, tomar em simultâneo diversos níveis de observação e explanação, desde os clássicos conceitos “elementares” (difusão), que não são excluídos mas integrados na análise do sistema, até aos níveis mais complexos e integrativos, nos quais esses elementos se cruzam, se interligam, se definem reciprocamente e integram (fusão).

A “ciência nova” apela a um novo quadro epistemológico – a metateoria relacional (*relational metatheory*) (Overton, 2006; Overton & Ennis, 2006). Esta emerge de uma visão do mundo como série de formas activas e em permanente mudança, e substitui as clássicas antinomias – como, por exemplo, *natura-nurtura* ou mente-corpo – por um holismo fluido e dinâmico que envolve conceitos como auto-organização, sistema e síntese de totalidades. Nega, por consequência, que o mundo seja decomponível em formas puras, fixas e fundamentais (suporte das antinomias) e recusa ao mesmo tempo o elementarismo, o reducionismo e o atomismo que caracterizam a metateoria fragmentada típica das ciências clássicas (*split metatheory*). Em interessante contraponto aos antes citados “preceitos” cartesianos, a metateoria relacional assenta em quatro princípios orientadores: o holismo (a identidade dos objectos ou dos fenómenos define-se no contexto relacional ou sistema no qual estão inseridos; o todo não é um agregado de elementos mas um sistema organizado e com capacidade de auto-organização, sendo que cada parte não se define a partir das suas “propriedades”, mas sempre a partir das “relações” com todas as outras partes do todo); a identidade de opostos (a identidade dos elementos não se estabelece a partir de contradições ou contrastes, mas enquanto polaridades de uma matriz relacional inclusiva em que os pólos se definem reciprocamente, cada pólo definindo e sendo definido pelo seu oposto, o que faz depender a sua identidade da própria indissociabilidade); os opostos da identidade (movimento no



sentido de um “momento” de análise, em que de certo modo “figura” e “fundo” se invertem e, ao sobressair os contrastes, se estabelece exclusividade entre os pólos, que são encarados como complementares, como “pontos de vista”, “perspectivas”, nenhuma assumindo carácter absoluto ou fundamental); e a síntese de totalidades (consiste em mover-se para o centro do conflito e identificar um novo sistema que, porque coordena os outros dois, representa um novo nível estrutural e funcional emergente do conflito no nível anterior – síntese de opostos – sistema que constitui, por sua vez, um novo ponto de vista. No exemplo *natura-nurtura*, como no caso mente-corpo, o sistema coordenador é, em psicologia, o “organismo humano”, a “pessoa” (Overton & Ennis, 2006, p.150).

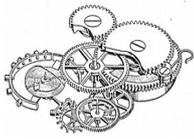
Longe vai, nesta acepção, a ciência encarada como descoberta da “verdade”, com grau variável de “certeza” - absolutos que uma epistemologia relacional não pode aceitar. Ela constrói-se, em vez disso, na busca incessante de significado. Diferentes pontos de vista sobre os fenómenos ou conceptualizações distintas, eventualmente inspiradas por diferentes visões do mundo e assentes em metodologias de observação e tratamento de dados também diversas, coexistem, desde que cientificamente pertinentes, e socialmente relevantes (Miranda, 2001), não estando em causa decidir qual o ponto de vista privilegiado, ou mais correcto, sobre um fenómeno. É por ser um acto de construção de significado, e já não de descoberta da verdade, que a ciência tanto depende do contexto cultural e do momento histórico em que se desenvolve, do “espírito do tempo” (*Zeitgeist*) em que se constrói, que é, assim, parte integrante dos paradigmas de investigação, das teorias, dos conceitos, dos métodos de observação e dos métodos de organização dos dados de observação.

Olhar as problemáticas tradicionais da ciência nesta nova perspectiva acrescenta uma óptica integradora completamente inovadora, a qual no âmbito da psicossomática retoma a tradição hipocrática, ao abranger as determinantes biológicas e psicológicas da doença (Costa,

2014), em estreita ligação e articulação entre si, bem como determinantes ambientais que, longe de serem entendidas como exteriores ao sistema “indivíduo”, são encaradas como parte integrante dele (por exemplo, desempenha aqui um papel crucial a ideia de que o estilo de vida, decorrente de opções do indivíduo no quadro das oportunidades e experiências a que se expõe, constitui um dos fatores envolvidos na doença psicossomática). Esta atitude do investigador requer uma “operação de limpeza do pensamento científico” (Costa, 2014, p.27) e o assumir de uma inspiração fenomenológica, quanto à “compreensão da pessoa no seu devir em interacção com os diversos elementos do seu microsistema ecológico” (Costa, 2014, p.30; ver também Afonso, 2007 e Ceci, 1996). Requer o abandono de noções como “psicogénese” ou “somatogénese” para passar a encarar o fenómeno da doença de forma holista e *gestáltica*, em função da *pessoa* que a apresenta e da sua forma única e específica de viver no e com o mundo (Mello Filho, 2005).

Desafios e desconfortos da ciência da complexidade

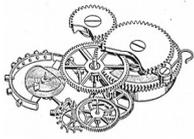
Este empreendimento não é fácil, há que reconhecer! Em vez da estabilidade dos conceitos e das teorias, em vez da consistência temporal dos fenómenos, em vez do conforto das elevadas probabilidades associadas às “rejeições da hipótese nula”, em vez da decomposição da variabilidade em componentes de variância associadas a factores isoláveis, em vez das equações de regressão estabelecendo o peso relativo de variáveis predictoras, por exemplo da doença, que se adicionam para determinar uma observação, a metateoria relacional impõe relatividade de conceitos, mudança permanente dos fenómenos e dos contextos que os definem e desconforto associado às incertezas, às dúvidas, às sobreposições, às interacções e à ausência de contornos nítidos, tudo incómodos inevitáveis ao adoptar esta forma de fazer ciência.



A “ciência nova” exige do investigador capacidade para suportar a ambiguidade, a mudança, a incerteza, a relatividade, a instabilidade. Capacidade para evitar a tentação da linearidade, como a que se impõe ao usar conceitos ou terminologia (como “psico-somática” ou de “somato-psíquica”) que arrisquem a simplificação mecanicista da descrição dos fenómenos de doença, classificada como de etiologia ou física ou mental, e assumir antes conceitos holistas e complexos, como é exemplo o de “psicossomática estrutural” proposto por Milheiro (2014). Exige, enfim, capacidade para abandonar a promessa da “certeza absoluta” e enfrentar o espectro do “absoluto relativismo” (Overton, 2002). Numa expressão, a “ciência nova” exige do investigador que seja suficientemente flexível e criativo para trabalhar, com rigor, confiança e elegância, na corda bamba da ciência da complexidade.

Referências:

- AFONSO, M.J. (2007). *Paradigmas diferencial e sistémico de investigação da inteligência humana. Perspectivas sobre o lugar e o sentido do construto*. Dissertação de doutoramento não publicada. Universidade de Lisboa.
- ATLAN, H. (2001). ADN: Programa ou dados? In E.Morin (Ed.), *O desafio do Séc. XXI: Religar os conhecimentos*. (Ana Rabaça trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Obra original publicada em 1999).
- CANDEIAS, A.A. (2008). Criatividade: perspectiva integrativa sobre o conceito e a sua avaliação. In M. de Fátima Morais & Sara Bahia (Coord.), *Criatividade: conceito, necessidades e intervenção* (pp.41-63). Braga: Psiquilibrios.
- CECI, S.J., BARNETT, S.M., & KANAYA, T. (2003). Developing childhood proclivities into adult competencies. The overlooked multiplier effect. In R.J. STERNBERG, & E.L. GRIGORENKO (Eds.), *The psychology of abilities, competencies, and expertise* (pp.70-92). New York: Cambridge University Press.
- CECI, S.J. (1996). *On intelligence: A bioecological treatise on intellectual development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- COSTA, N.F. (2014). Toxicodependência numa perspetiva psicossomática: o prazer em sistemas de causalidade complexa. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 8 (1-2), 21-30.
- DAMÁSIO, A.R. (1995). *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. (Dora Vicente e Georgina Segurado trad.). Mem Martins: Publicações Europa América. (Obra original publicada em 1994).
- DAMÁSIO, A.R. (2000). *O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. (Versão portuguesa revista pelo autor). Mem Martins: Publicações Europa América. (Obra original publicada em 1999).
- DESCARTES, R. (1637). *Discurso do Método*. Obtido em Maio,05/2016 em http://www.intratext.com/IXT/POR0305/_P1.HTM.
- DURAND, D. (1992). *A Sistémica*. (João Matos trad.). Lisboa: Dinalivro. (Obra original publicada em 1979).
- MELLO FILHO, J. (2005). *Concepção psicossomática: visão atual* (10ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- MILHEIRO, J. (2014). Psicossomática Estrutural. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 8 (1-2), 99-106.
- MIRANDA, M.J. (2001). La psicología de la inteligencia humana: ¿De dónde venimos, en dónde estamos y a dónde vamos? *Revista de Psicología General y Aplicada*, 54 (4), 567-576.



- MORIN, E. (1995). *Introdução ao pensamento complexo* (2ª ed.). (Dulce Matos trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Obra original publicada em 1990).
- MORIN, E. (Ed.) (2001). *O desafio do Séc. XXI: Religar os conhecimentos*. (Ana Rabaça trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Obra original publicada em 1999).
- OVERTON, W.F. (2002). Understanding, explanation, and reductionism: Finding a cure for Cartesian anxiety. In L. SMITH, & T. BROWN (Eds.), *Reductionism* (pp.29-51). Mahwah, ND: Lawrence Erlbaum Associates.
- OVERTON, W.F. (2006). Developmental psychology: Philosophy, concepts, methodology. In W. DAMON, & R. LERNER (Eds.), *Handbook of child psychology* (6th ed.) (pp. 18-88). New York: Willey.
- OVERTON, W.F., & ENNIS, M.D. (2006). Cognitive-developmental and Behavior-analytic theories: evolving into complementarity. *Human Development*, 316 (143-172).
- PEPPER, S.C. (1942). *World hyphotheses*. Berkeley, CA: University of California Press.
- PEPPER, S.C. (1966). *Concept and quality: A world hypothesis*. University of California Press.
- REUCLIN, M. (1995). *Totalités, éléments, structures en psychologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- REUCLIN, M. (2002). *Evolução da Psicologia Diferencial*. (M. José Miranda e M. João Afonso trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1999).
- RIDLEY, M. (2004). *Natura via nurtura: genes, experience and what makes us human*. London: Harper Perennial.
- STERNBERG, R.J. (2001). Successful Intelligence: Understanding what Spearman had rather than what he studied. In J.M.COLLIS, & S.MESSICK (Eds.), *Intelligence and personality: Bridging the gap in theory and measurement* (pp.347-371). Mahwah,NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- VAN DOREN, C. (2007). *Breve história do saber*. (Luís Santos trad.). Porto: ASA Editores (Obra original publicada em 1991).